

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 20 – MARÇO DE 2015

EDITORIAL

Tempos difíceis no Brasil

Março de 2015, o ano acadêmico inicia em paralelo com a abertura de inquérito envolvendo políticos e empresários. A Petrobras, nossa maior empresa, fruto das lutas nacionalistas no Brasil, foi delapidada em bilhões de dólares. Estão envolvidos empresários de grandes empresas e políticos de diversos partidos. Mais grave ainda é a inclusão no inquérito do Ministério Público Federal que investiga a Petrobras, dos dois maiores expoentes do Congresso Nacional, os presidentes da Câmara Federal e do Senado.

A oposição ao governo Dilma não engole a derrota nas urnas e, cria uma situação de terceiro turno. Enfezada, a oposição atira para todos os lados, não importando as consequências. A grande mídia bate forte na presidente da República, como se ela fosse a responsável por todos os males do Brasil, desde sempre. Na Internet, proliferam os pedidos de impeachment de Dilma. Há uma histeria de saudosistas que pedem a volta dos militares.

O momento é de desconfiança e incerteza. Ajuste fiscal, dólar subindo, inflação alta, juros disparando. Caminhoneiros fecham estradas, manifestações de rua, greves brotando e se generalizando por todo o país. O parlamento está cada dia mais fraco e acuado pelos escândalos. Na história recente do Brasil temos alguns exemplos de crises institucionais semelhantes: Getúlio em 1954, Jânio em 1961, Jango em 1964 e Collor em 1992.

Dilma apanha à direita e à esquerda. O Brasil de 2015 assiste à formação de uma tempestade perfeita. O economista Bresser Pereira, um dos fundadores do PSDB e ministro de FHC, ao comentar o atual momento político no Brasil afirmou: “De repente, vi um ódio coletivo da classe alta, dos ricos, contra uma presidente. Não era preocupação ou medo. Era ódio”.

Tempos difíceis no Brasil. As relações políticas exigem cautela, muita negociação e principalmente moderação.

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br



Fotos: Madoys Aquino

PRAZER É TRABALHAR NO CEPAE – Bom clima entre colegas docentes e alunos gera resultados. Silmara Ferreira (foto) é abraçada por aluna. Ela critica falta de espaço para Educação Física. **Página 15**

Alarme docente

Ajustes fiscais e cortes no orçamento da Educação acendem luz amarela no movimento docente às vésperas das negociações salariais com o governo federal. **Respingos, página 4**

“UMA GREVE EM MAIO OU JUNHO NÃO ESTÁ DESCARTADA”

Flávio Alves da Silva
Presidente da Adufg Sindicato

Vanguarda de Cica Fittipaldi

Autora e ilustradora coroa sua carreira com mais uma indicação ao principal prêmio da literatura infantil do mundo, o Hans Christian Andersen. Professora critica falta de apoio da universidade. **Página 16**

Catalão sob dificuldades do novo estatuto
Opinião, página 2

SEGURANÇA NA UFG

As armas da universidade

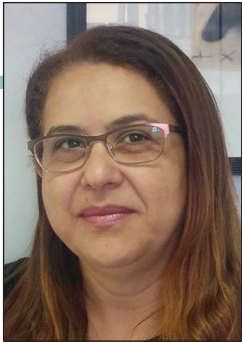
Drogas geram medo; reitoria nunca gastou tanto com vigilância; pesquisa revela violência nos campus

Uso de drogas atraiu traficantes e, com eles, a tensão ao Câmpus Samambaia. Docentes pedem providências para administração e tomam medidas locais.

Pesquisa patrocinada pela UFG pretende revelar os principais motivos da violência em todos os campus. Dados vão embasar política de segurança. **Páginas 8, 9 e 10**



LUGAR DO MEDO - Bosque Saint-Hilaire, no Câmpus Samambaia é cercado, segundo reitoria, por ser o lugar onde mais ocorrem “problemas de segurança”



Regma Maria dos Santos*

Ressonâncias da aprovação do novo estatuto na Regional Catalão

2014 foi um ano difícil para a UFG. A implementação do novo estatuto aprovado pelo MEC em janeiro provocou a necessidade, principalmente nas regionais do interior, de se reorganizarem como unidades acadêmicas como fora previsto. A ideia era a de que deixaríamos de ser um Câmpus fora dos padrões das unidades de Goiânia e gozaríamos de uma estrutura interna com várias unidades e uma direção geral da agora chamada regional.

Durante a elaboração do estatuto discutíamos, com os membros da comissão, os problemas que presentíamos ocorrer com a implementação da estrutura multicampi. No entanto, o que ouvimos é que teríamos mais autonomia administrativa e financeira e que nos enquadraríamos nas unidades acadêmicas especiais, querendo ou não.

Uma comissão, convocada pela direção da Regional Catalão, elaborou, em um trabalho que durou mais de seis meses, uma proposta de criação de seis Unidades Acadêmicas e duas Unidades Acadêmicas Especiais, conforme previa o estatuto. Nesse documento ainda realizamos o levantamento de nossas necessidades de técnicos administrativos e de professores, conforme as normas do MEC, aos quais realmente fazíamos jus.

Ao ser enviado ao Consuni, o documento foi resumido à criação das unidades, e alterado pela assessoria da reitoria, que retirou dali nossa solicitação para transformação em Unidades Acadêmicas e encaminhava a aprovação das oito unidades como especiais. A alegação era a de que não poderíamos nos tornar unidades acadêmicas sem gratificação específica para tal fim.

É importante destacar que, no estatuto anterior, este não era um item impeditivo para esta criação. O que ocorre é que deixamos de ser uma anomalia para nos transformarmos em outra, porém, agora regimental. A avaliação que fazemos é a de que a mudança proposta no estatuto apenas nos impõe novas responsabilidades, pouca autonomia e mantêm as desigualdades em relação às unidades da Regional Goiânia.

O que propõe o novo Estatuto é que um Chefe de Unidade Acadêmica Especial receba uma FG (Função Gratificada), como a de um coordenador de curso e tenha as mesmas responsabilidades e atribuições que as de um diretor. É interessante pensar que na Regional Goiânia, mesmo aquelas unidades que não atendem ao Estatuto manter-se-ão como tal, e seus diretores continuarão a receber suas CDs.

O reitor enviou ao MEC um documento no qual solicita as CDs e FGs necessárias para implementação do Estatuto, mas esta parece ser uma deliberação de longo prazo que tem, inclusive, de ser aprovada no Legislativo Federal.

Nesta nova configuração pesa ainda o fato de não termos recursos humanos (técnicos/professores) suficientes para as demandas apresentadas pelas atribuições que cada unidade terá de cumprir, antes realizadas em Goiânia ou na direção dos Câmpus.

Historicamente sabemos que os alunos das regionais, em termos numéricos, contavam para que a UFG solicitasse vagas de técnicos administrativos e de professores, mas os técnicos não vieram para as regionais. Hoje, a discrepância entre a relação alunos/técnicos na regional Catalão é próxima a 200. Para a realização das tarefas administrativas, minimamente a contento, são os professores, nas suas unidades, que executam boa parte delas, para além dos seus encargos administrativos, de ensino, de

pesquisa, extensão e cultura. Na Regional Catalão o número de técnicos federais não chega a 100, enquanto sabemos que a UFG possui bem mais que 2.000 servidores.

O resultado destes 30 anos de devoção ao trabalho não é apenas a boa qualificação dos alunos graduados, o crescimento da pesquisa e da pós-graduação, na efetivação de projetos e programas de extensão, mas é também a deterioração da saúde dos professores da Regional Catalão.

O impacto dessa implementação ainda será sentido nos próximos anos, mas a sua eficácia/ineficácia já pode ser identificada desde já. Do lado de cá da fronteira, a sensação é a de que, para as regionais, a autonomia, politicamente pretendida, transformou-se em trabalho redobrado, em responsabilidades circunstanciais, em aumento da burocracia para as unidades sem a presença de recursos humanos capazes e, em número suficiente, para realizá-las.

Os novos espaços a serem ocupados no centro do poder (Consuni, câmaras, conselhos), podem redesenhar esta trajetória, mas não podemos deixar de lado o fato de que várias resoluções, e o próprio regimento, foram aprovados sem a participação efetiva dos representantes das regionais ainda não empossados. Apenas os diretores votaram.

Acreditamos na necessidade urgente de uma revisão da situação a qual nos encontramos, mas para isso é preciso estar ciente do peso histórico da diferença de tratamento entre a UFG, Regional Goiânia e as demais.

Basta para isso verificar a quantidade de professores e técnicos em unidades similares. Afora isso, devemos perseguir o diálogo cada dia mais pontual, respeitoso e equilibrado com todos/as aqueles interessados neste processo.

**Professora doutora, chefe da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais da Regional Catalão*

“ AO SER ENVIADO AO CONSUNI, O DOCUMENTO (PROPOSTA DE CATALÃO) FOI RESUMIDO À CRIAÇÃO DAS UNIDADES, E ALTERADO PELA ASSESSORIA DA REITORIA, QUE RETIROU DALI NOSSA SOLICITAÇÃO PARA TRANSFORMAR EM UNIDADES ACADÊMICAS E ENCAMINHAVA A APROVAÇÃO DE UNIDADES ESPECIAIS ”

Adufg
SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 20
MARÇO DE 2015
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato



Bartira Macedo de Miranda Santos*

Segurança na UFG

Há alguns anos, o então reitor da UFG, professor Edward Madureira Brasil, convocou uma ampla reunião para discutir, com a comunidade acadêmica, o tema da segurança na UFG. Os “especialistas em segurança”, chamados para falar na ocasião, foram o chefe do Cegef, o policial que faz a ronda no Câmpus II e o dono de uma das empresas que prestam serviços à UFG.

Naquela ocasião, as minhas críticas dirigiram-se à falta de estudos necessários para a elaboração de políticas de segurança, assunto que não poderia ser encarado unicamente como questão de polícia ou de simples aumento dos recursos financeiros empregados, mas que se fazia necessário, antes de tudo, consultar, ao menos, os estudiosos da violência e segurança da própria UFG, que ali não se faziam presentes, especialmente os das Ciências Sociais.

É no mínimo engraçado como a questão da segurança é tratada com argumentos de senso comum, pelo senso comum e para o senso comum. Ninguém pensa em chamar um engenheiro para fazer uma cirurgia cardíaca, mas, parece que quando o assunto é segurança, os estudiosos da área, em geral, são esquecidos.

A UFG, depois, resolveu encomendar à sua Faculdade de Ciências Sociais um estudo sobre a segurança na UFG, com sugestões de medidas a serem implementadas. Este estudo está em andamento, tendo o professor Ricardo Barbosa de Lima como um dos coordenadores.

Não conheço o projeto, mas, dentro das atividades de levantamento de dados, fui entrevistada no ano passado, ocasião em que ponderei que a violência na UFG não está dissociada da violência na cidade e da violência institucionalizada pelo Estado que teima em querer resolver a violência com mais violência e utilizando-se de velhos paradigmas bélicos (guerra ao crime, guerra às drogas, guerra aos criminosos).

Onde há guerra não há Direito. A atitude guerreira é a opção que implica na eliminação do inimigo. O problema é que o rol dos “inimigos” é sempre ampliado para atingir aqueles que “ameaçam” a ordem vigente de nossa sociedade capitalista e que, portanto, são considerados indesejáveis: vândalos, manifestantes e traficantes são alguns dos inimigos na atualidade.

Contra eles – “os inimigos da sociedade” – parecem justificadas toda forma de repressão e eliminação de direitos, inclusive o direito ao direito penal. A eliminação dos rebeldes e dos desvalidos é apoiada, desde que lhes coloquem o rótulo de “criminosos”. Invariavelmente, os pobres são o alvo dessas políticas; são eles a clientela preferencial de nossos cárceres. São eles os mortos sem pena, sem processo, sem defesa. A propósito, Goiânia é a capital dos assassinatos de moradores de rua.

O Brasil não tem política pública de segurança, o Estado de Goiás não tem política pública de segurança, embora tenha uma secretaria com esta finalidade. O município de Goiânia não tem política pública de segurança – a Secretaria Municipal de Defesa Social criada em 2011 foi extinta em 2013.

A “direita” não tem proposta de política pública de segurança – para ela o sistema penal existe para manter a ordem (capitalista), ainda que injusta. A “esquerda” também não a possui, haja vista não ter superado o discurso punitivista. A UFG também não tem – ainda – uma política de segurança, mas, ao menos, está trabalhando nesse sentido. Na contramão, os Estados, os municípios e a União esperam das polícias a solução do problema: não importa se com tiro, porrada e bomba!

Nesse contexto, eis que surge a reportagem de *O Popular*: “Tráfico disputa espaço em Câmpus da UFG”, publicada no dia 27 de janeiro de 2015, ganhando a manchete da capa, enquanto o resultado do Sisu – que cria expectativas aos aprovados quanto à instituição que escolherão para matricular-se, seja pública ou privada – ficou em segundo plano.

Como é de praxe na mídia brasileira, a reportagem recria o medo para vender segurança e exige uma (re)ação dos gestores da universidade e quicá da comunidade acadêmica. Providências serão exigidas e apressadas, mas a que preço?

O perigo disso é deixar de guiar-se pelo planejamento, racionalidade, reflexão, debate (que o estudo realizado pelas Ciências Sociais poderia proporcionar) e cair na armadilha de ceder às pressões por mais polícia, mais policiamento, mais tiro, porrada e bomba, ou seja, menos direitos, menos liberdade, menos cidadania.

A polícia, que não é capaz de diminuir a violência fora da UFG, será capaz de promover segurança dentro da UFG? Desde a década de 1970, se diz que a pior política social é a melhor política criminal. O problema da violência não se resolve com polícia, direito penal e pelo controle social penal repressivo. Estes sempre chegam atrasados, depois do crime cometido; nem são capazes de exercer um contra-estímulo ao crime, como se acreditava no século XVIII.

Há interessantes estudos, desenvolvidos a partir da chamada Escola de Chicago, das décadas de 20 e 30, do século passado, sobre a redução da violência em determinados espaços. Este jeito de estudar a violência – procurando compreendê-la em sua concretude e especificidade para, daí, traçar caminhos para contê-la – orienta vários pesquisadores no Brasil. A produção na área é significativa, mas pouco aproveitada e transformada em ações concretas pelos poderes públicos.

Estes, impulsionados pela mídia, pelo populismo penal, pela cultura do medo, pelo racismo, sempre incorrem no mesmo erro de querer resolver o problema da violência com mais polícia. E haja polícia no Brasil: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares... e, ainda, as guardas municipais, sem contar os

vigilantes e seguranças privados, em números sempre crescentes.

Temos polícias demais e elas não se entendem. A integração das polícias, entre elas mesmas e entre os diversos órgãos e entes estatais, é necessária para a implantação de políticas públicas de segurança, pautadas por mais cidadania, mais inteligência e menos truculência.

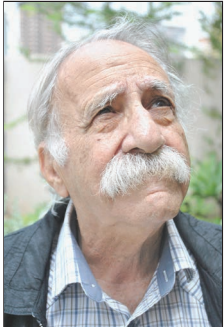
A guerra às drogas ilustra os equívocos quanto à política criminal adotada no Brasil e em diversos países que acolheram os ditames dos Estados Unidos da América para a expansão da sua indústria bélica. Para saber o resultado dessa política insana, bastaria ouvir os cadáveres, pois, conforme Zafaroni, um cadáver fala, ao menos, que alguém morreu. A guerra às drogas mata e só traz benefícios para fabricantes de armamentos e o crime organizado.

Enquanto não se ouvem os estudiosos, insiste-se no remédio errado. Enfim, como diz Marcelo Semer, “o direito penal parece ser mesmo o único produto que quanto mais falha, mais ganha prestígio”.

**Professora da Faculdade de Direito e diretora da Adufg Sindicato*

“A ‘DIREITA’ NÃO TEM PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA, A ‘ESQUERDA’ TAMBÉM NÃO, HAJA VISTA NÃO TER SUPERADO O DISCURSO PUNITIVISTA. A UFG TAMBÉM NÃO TEM – AINDA – UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA, MAS, AO MENOS, ESTÁ TRABALHANDO NESSE SENTIDO”

“VIOLÊNCIA NÃO SE RESOLVE COM POLÍCIA, DIREITO PENAL E CONTROLE SOCIAL REPRESSIVO. ESTES SEMPRE CHEGAM ATRASADOS, DEPOIS DO CRIME COMETIDO; NEM SÃO CAPAZES DE EXERCER CONTRA-ESTÍMULO AO CRIME, COMO SE ACREDITAVA NO SÉCULO XVIII”



RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

SINAL AMARELO NO MOVIMENTO DOCENTE

O corte no orçamento das universidades, efeito do ajuste fiscal do governo, acendeu o sinal amarelo no movimento docente. Após vencimento do acordo salarial de 2012, cujo último reajuste foi na folha de março, as negociações salariais podem não avançar. Se o corte aplicado no início do ano se estender até dezembro, o MEC perderá R\$ 14,5 bilhões – 31,1% do orçamento para 2015. A UFG atrasa pagamentos de contas de água e de energia. Já cortou pagamentos a terceirizados e programas estudantis. Em Jataí, bibliotecas e algumas secretarias não funcionaram ainda este ano, por falta de pagamento.

Greve

Proifes Federação emitiu nota repudiando os cortes. “Uma greve na UFG em maio ou junho não está descartada”, disse o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva.

Alerta

Em carta, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) recomendou medidas de economia a todos os reitores associados.

Pátria educadora?

“A Andifes tem advogado a coerência do discurso em que a educação brasileira é prioridade por meio do lema: ‘Brasil Pátria Educadora’”, diz trecho da carta.

Geral

O corte tem atingido Ifes em todos o Brasil. Na UFMG, pagamentos de contas de água e luz foram suspensos para manter bolsas e projetos de pesquisa.

PERNAS VALIAM TEQUILA

Divulgação

10.04 SEX 22H
Jaó music hall

#15lendário
A MAIOR CALOURADA
DA UFG

FRED & GUSTAVO
LÉO MOREIRA
DJ LITAO

CALOURADA
13ª Edição

UFG
LIGA DAS ENGENHARIAS

+ OPEN DE TEQUILA PARA
SUAS MULHERES DE SAINHA/VESTIDINHO
OPEN BAR
CERVEJA . MÉ . REFRI . ÁGUA

FEM. R\$ 25
MAS. R\$ 35
*Valores referentes ao primeiro lote.

REALIZAÇÃO: PORTOS DE VENDA: VENDA ONLINE: APOIO: BaladAPP

INFORMAÇÕES E VENDAS: JOÃO PEDRO (62) 9255-6469 | JOSÉ (62) 9913-1049 | MARCO BAHIA (62) 8271-1181 | REBECA (62) 8137-1862

Na divulgação da calourada, a Liga das Engenharias da UFG oferecia tequila de graça a meninas que mostrassem as pernas. Movimentos feministas reagiram na Internet: isso criaria condições para o assédio e o abuso sexual. O caso repercutiu e organizadores encerraram a promoção. Publicaram nota dizendo que não compactuam com a cultura do estupro. Detalhe: a ideia fora de uma estudante.

Aquivo Adufg

WALTER SOARES

A reitora recebeu Nicomedes Borges e Jaime Câmara

Itumbiara pede um Campus da Federal

A UFG expande à todo vapor regionais do interior. Mas negou, tanto quantos outros, pedido para UFG em Itumbiara, em 1982. A demanda fora do jornalista Jaime Câmara e do ex-presidente da antiga Transurb, Nicomedes Borges, à reitora Maria do Rosário.

Aparecida

Os prédios da Regional Aparecida ainda não existem, mas alunos do curso de Engenharia de Produção já têm aulas. Pegam emprestadas salas da UEG.

Cidade Ocidental

A reitoria planeja iniciar as atividades da Regional Cidade Ocidental, no entorno de Brasília, em 2016. Quer construir um novo prédio.

Os esquecidos

O Proifes apresentou oito pontos que reestruturam a carreira do magistério superior, para negociar com o governo. Só se lamenta a ênfase dada aos da ativa, mas esquecidos aposentados e pensionistas.

Os invisíveis

A categoria mais insegura de toda universidade são os terceirizados. É uma das constatações da pesquisa “Violências, conflitos e crimes: subsídios para a formulação da política de segurança da UFG”. O relatório completo será divulgado em abril. Vai surpreender.

Incerteza

A Funpresp, criada em 2012, é um elefante branco. Dificilmente terá apoio dos professores. Preocupados com o futuro, muitos preferem uma previdência privada, diante de tantas incertezas.

É que

Com a Funpresp, não se sabe o valor a que terá direito o servidor em sua aposentadoria. Além disso, dirigentes do órgão, eleitos em outubro passado, ainda não foram empossados. Estranho.

Angústia

O TCU se eterniza no exame dos processos de aposentadoria, reforma e pensão, o que angustia docentes. Aquilo que, por lei, já foi concedido pela administração da universidade, precisa passar pelo tribunal. É um disparate.

ERRAMOS – 1) Na reportagem “Docente terá reajuste em 1º de março”, publicada na página 5 em nossa última edição, as tabelas salariais sob o título “REMUNERAÇÃO ATUAL (MS e EBT)” se referiam, na verdade, aos salários que valeram até fevereiro de 2013. 2) A legenda da foto do professor do Cepae Alcir Horácio, publicada na página 10 de nossa última edição, deveria ser: “Me abstenho de votar porque não concordo com o encaminhamento da mesa, pois na decisão passada eu não manifestei o voto da minha unidade, porque o Consuni foi encerrado sem que alguns conselheiros tivessem a oportunidade de votar”.

À memória do querido professor Célio Bizzotto

João Baptista Gonçalves*

Aprendemos na universidade da vida que a gratidão é um dos sentimentos mais nobres, que nascem naturalmente dos corações puros, mostrando que os valores dos fatos, das coisas, das realizações individuais e das equipes de trabalho não dependem do tempo que duram, mas da intensidade e significado com que elas acontecem, permanecem e se eternizam.

Por isto existem momentos e pessoas, incomparáveis e extraordinárias. Entre estas, o insubstituível amigo e mestre professor Célio Bizzotto (CRO-GO Nº 9), que viveu à frente do seu tempo. Exerceu a Odontologia como um sacerdote. As gerações que tiveram o privilégio de com ele conviver, lembram com carinho da figura humana, criativa, equilibrada, espirituosa, otimista, com quem muito aprenderam. Reconhecem, respeitam, valorizam, homenageiam e resguardam os seus valores espirituais, humanos, técnicos, científicos e profissionais.

Acompanhamos, com muita satisfação, na imprensa escrita, falada, digital e televisada, as homenagens de reconhecimento das entidades representativas e registros de personalidades que contribuíram com competência profissional e idealismo, de forma significativa, para o desenvolvimento técnico, científico, cultural e social, em suas áreas de atividades e na sociedade.

Não poderia ser diferente em relação ao emérito professor Célio Bizzotto, razão pela qual, a Odontologia, amigos, companheiros, colegas e familiares registram no dia 25 de janeiro passado um ano do seu falecimento, nosso preito de gratidão, reverenciando-o e rendendo-lhe esta homenagem, lembrando o arquiteto Lúcio Costa: “o importante é construir o futuro valorizando o passado”. A saudade, a lembrança, a amizade e o amor permanecerão para sempre, ignorando o tempo, enquanto no céu, com certeza, o inesquecível mestre foi recepcionado com júbilo, de braços abertos por Jesus Cristo.

Sua trajetória de vida profissional e de cidadão, com sua extraordinária visão de futuro, constituiu-se numa verdadeira fonte de inspiração. Nascido em Belo Horizonte em 26 de novembro de 1921, formou-se em Odontologia pela

Fotos: Arquivo pessoal



Na foto acima, João Baptista (centro) com professor Célio Bizzotto durante confraternização. Abaixo, João entrega placa de homenagem ao colega

UFMG. Mudou-se para Goiânia na década de 40, tendo brilhado como craque do Goiânia, Seleção Goiana e tri-campeão como Presidente do Vila Nova em 1963.

Paralelamente, notabilizou-se por sua capacidade técnica, científica e devoção ao trabalho: é um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1946; fundador da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno), em 1954; fundador e ex-presidente da Associação Brasileira de Odontologia de Goiás (1957); paraninfo dos formandos da 1ª primeira turma na UFG (1963); Fundador do Centro de Estudos Odontológicos da ABO, em 1967; fundador e conselheiro do Conselho Regional de Odontologia (1967); além de muitos outros títulos.

Célio Bizzotto sempre foi uma figura de destaque nas reuniões técnicas e científicas em que participava, dando valiosas contribuições, graças ao seu conhecimento e competência, sendo um brilhante educador e profissional. Publicou trabalhos científicos, participou de vários congressos nacionais e internacionais, bancas examinadoras no magistério superior; Presidiu a comissão vestibular da UFG, idealizou e incentivou profundas inovações no novo currículo odontológico. Diretor da FO/UFG, após mais de quatro décadas no magistério e na Odontologia, aposentou-se em 1989, deixando no coração de cada um de nós, seus leais admiradores, companheiros e amigos, uma lembrança viva de um fraternal amor, carinho e respeito, que jamais serão esquecidos.

Lembramos que, por razões até hoje ignoradas, o professor Célio, por ocasião da revolução de 1964, foi inexplicavelmente afastado, respondeu a inquérito policial militar e, obviamente foi absolvido. As razões alegadas foram: ser leitor da “Última Hora” e ter feito apreciação sobre “Um dia na vida do Brasilino”, publicação do DCE-UFG, em 1963.

O professor Célio exercitou sempre a tolerância, a justiça, a inteligência e o otimismo frente às dificuldades, aos desafios, cultivando com sabedoria a compreensão de que o valor das pessoas e de seus ideais estão acima de qualquer coisa, sempre desprezando a ambição pela riqueza e pelo poder, nunca abrindo mão da liberdade, que no seu entendimento era muito mais importante do que o sucesso.

Perdemos, com certeza, um grande brasileiro e patriota. Foi um verdadeiro socialista, autêntico progressista, independente e intransigente defensor da verdade e da ética, de uma sociedade mais justa, de iguais, da plena liberdade de expressão do pensamento, do culto à simplicidade que é o mais alto grau de satisfação a ser atingida por um homem de bem.

Nunca lamentou ter alcançado a melhor idade, pois muitas pessoas, nem velhas ficaram, se encantaram e viajaram para o amanhã. Segundo Bertold Brecht, “há pessoas que lutam por algum tempo e são importantes. Outras lutam por muito tempo e são mais importantes, mas existem aquelas que lutam pela vida inteira, estes são imprescindíveis”.

Embora não tenha sido melhor do que os outros, foi melhor para os outros, e, por seus méritos, qualidades profissionais e como cidadão, podemos, sem dúvidas, considerar o educador e mestre Célio Bizzotto uma destas pessoas que sempre estará presente, em um lugar de honra, na memória da Odontologia e do povo goiano. A amizade, a saudade e o amor serão eternos.

**Professor aposentado, é titular do CRO-GO Nº 1, ex-presidente do Conselho Regional de Odontologia (1967-1972) e ex-diretor da Faculdade de Odontologia da UFG (1972-1976). jbastistagoncalves@ig.com.br*



prestação de contas

Novembro de 2014

	Valor R\$
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	210.855,48
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	1.107,50
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.694,37
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	8.095,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R\$	221.752,35

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	30.016,52
2.1.2- Encargos Sociais	37.235,04
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	2.057,94
2.1.5- Ginastica Laboral	1.448,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	20.822,17
Total R\$	93.008,30

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	0,00
2.2.2- Despesas com Correios	2.710,45
2.2.3- Energia Elétrica	2.355,02
2.2.4- Honorários Advocatícios	0,00
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	450,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.298,09
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16
2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.680,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	2.203,00
2.2.17- Água e Esgoto	506,86
Total R\$	17.584,73

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.838,50
2.3.2- Despesas com Coral	1.570,14
2.3.3- Diária de Viagens	531,00
2.3.4- Tarifas Bancárias	114,92
2.3.5- Lanches e Refeições	712,07
2.3.6- Quintart	11.753,77
2.3.7- Patrocínios e doações	3.478,44
2.3.8- Manutenção de Veículos	717,00
2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	8.866,09
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	470,47
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	1.071,93
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.315,52
2.3.13- Hospedagens Hotéis	99,00
2.3.14- Material de expediente	690,29
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	10.917,23
2.3.17- Manutenção e Conservação	3.145,41
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	351,96
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	44.060,26
Total R\$	94.704,00

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	0,00
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.905,26
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	522,81
Total R\$	24.428,07

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	229.725,10
---	-------------------

3- Resultado do exercício 11.2014 (1-2)	-7.972,75
--	------------------

4- Atividades de Investimentos

4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	1.340,50
4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6- Outras Imobilizações	0,00
Total R\$	1.340,50

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$	1.340,50
5- Resultado Geral do exercício 11.2014 (3-4)	-9.313,25

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Dezembro de 2014

	Valor R\$
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	443.667,62
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	1.939,70
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.724,08
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	2.000,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R\$	449.331,40

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	46.053,81
2.1.2- Encargos Sociais	58.565,14
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	4.779,09
2.1.5- Ginastica Laboral	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	36.188,33
Total R\$	147.015,00

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57
2.2.2- Despesas com Correios	893,28
2.2.3- Energia Elétrica	2.153,12
2.2.4- Honorários Advocatícios	0,00
2.2.5- Honorários Contábeis	4.344,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	21.225,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	1.915,40
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16
2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.230,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	23.809,71
2.2.17- Água e Esgoto	366,34
Total R\$	59.536,73

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.141,73
2.3.2- Despesas com Coral	1.559,66
2.3.3- Diária de Viagens	4.602,00
2.3.4- Tarifas Bancárias	169,54
2.3.5- Lanches e Refeições	730,52
2.3.6- Quintart	1.771,06
2.3.7- Patrocínios e doações	3.948,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	40,00
2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	6.494,02
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	123,92
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.844,69
2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00
2.3.14- Material de expediente	511,20
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	5.000,00
2.3.16- Outras despesas diversas	10.224,65
2.3.17- Manutenção e Conservação	885,54
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	716,25
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	14.465,74
Total R\$	58.228,52

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	635,94
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.905,26
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	471,26
Total R\$	25.012,46

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	289.792,71
---	-------------------

3- Resultado do exercício 12.2014 (1-2)	159.538,69
--	-------------------

4- Atividades de Investimentos

4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	2.280,77
4.1.6- Outras Imobilizações	4.500,00
Total R\$	6.780,77

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$	6.780,77
5- Resultado Geral do exercício 12.2014 (3-4)	152.757,92

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



Professor Noé Freire, da Faculdade de História, recebe ingresso para mostra de cinema

1,3 mil ingressos de cinema distribuídos

A Adufg Sindicato, patrocinadora da 8ª Mostra de Cinema “O Amor, a Morte e as Paixões”, realizada de 12 a 25 de fevereiro, distribuiu 1,3 mil ingressos a professores filiados.

Cada professor teve direito a quatro ingressos de cortesia que foram entregues na sede administrativa do sindicato e também em um quiosque de atendimento aos finais de semana e feriado de carnaval, instalado na entrada do próprio cinema.

A parceria cultural entre a Adufg Sindicato e os Cinemas Lumière garante todos os anos o acesso dos docentes ao melhor evento de cinema do Centro-Oeste. Além dos ingressos-cortesia, professores também puderam adquirir mais ingressos por um valor mais barato que o preço único de meia-entrada praticado para o público em geral (R\$ 7).

Os voucher-cortesias estão valendo até o dia 31 de março para qualquer filme em exibição no cinema.

Vagas para homens no curso de dança

Procuram-se pares masculinos para o curso de dança da Adufg Sindicato. O curso, ministrado pela Escola de Dança Jaime Arôxa, tem vagas para a turma de samba e de ritmos atuais. Interessados devem entrar em contato com a secretaria pelo fone (62) 3202-1280.

Aposentados viajam para Salvador

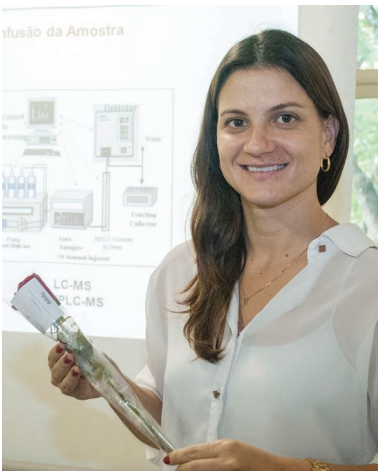
O Grupo Travessia-Aposentados da Adufg está promovendo mais uma viagem, desta vez para Salvador. Restam poucas vagas. Inscrições são feitas com Andréia, pelo telefone (62) 3945-2702. As viagens são abertas aos demais professores aposentados da UFG, incluindo acompanhante.

Novos serviços de saúde

Serviços de saúde começarão a funcionar em abril no novo Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato. Filiados poderão agendar horários para atendimento com nutricionista, fonoaudiólogo (técnicas de uso da voz), RPG e pilates. Programe-se.

Professoras são homenageadas com rosas

Docentes da UFG receberam rosas em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08 de março. Equipes organizadas pela Adufg Sindicato visitaram salas de aula, laboratórios e escritórios, entregando flores para as professoras nos câmpus de Goiânia e de Jataí.



Medo explode no Câmpus Samambaia

Presença de traficantes gera apreensão entre docentes; unidades pedem medidas de segurança desde maio de 2014

Funcionários instalam cerca no Bosque Saint-Hilaire: reitoria diz que enquanto não é urbanizado, o espaço permanece isolado por ser “uma das áreas onde os problemas de segurança são mais frequentes”



No primeiro semestre de 2014, docentes e servidores técnico-administrativos do Instituto de Química (IQ), do Instituto de Física (IF) e da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) levaram à reitoria pedidos com medidas que tornassem mais seguras suas imediações.

Os prédios, no Campus Samambaia, ladeiam o Bosque Saint-Hilaire. Um dos lugares mais bonitos, calmos e bucólicos do campus, há décadas é frequentado por leitores solitários, casais e usuários de drogas, majoritariamente fumantes de maconha.

Com o crescimento da universidade nos últimos anos, essa população de usuários aumentou e, conseqüentemente, também o número de traficantes. Junto destes, veio a tensão. Em memorando enviado à reitoria em maio de 2014, o IF relatou um suposto conflito armado ocorrido no Espaço das Profissões.

“Possivelmente por pessoas que comercializam drogas”, diz trecho do comunicado. “Tem se verificado aumento do número de usuários, inclusive externos à comunidade, frequentando a mata”, diz o texto, que na sequência pede providências à reitoria.

Recuperar iluminação, isolar o bosque, realizar uma campanha para “livrar o campus das drogas” e “negociar com os organismos competentes um sistema de policiamento para coibir a comercialização de drogas” dentre os pedidos.

Em janeiro deste ano, teria havido uma troca de tiros entre grupos de traficantes e ladrões de carro, no estacionamento da FIC, com menores envolvidos. O caso foi parar na manchete do jornal *O Popular*, sob o título “Tráfico disputa espaço dentro da UFG”.

A Gerência de Segurança Patrimonial da UFG e docentes ouvidos pelo **JP** não confirmam tiroteio. Mas explodiu como uma bomba a história, que gerou pânico na comunidade acadêmica, reacendeu o debate sobre a necessidade da PM no campus. Extrapolou a comunidade acadêmica. Ganhou a cidade: a reportagem foi publicada no mesmo dia do resultado do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

“A notícia nos assustou muito, mas é um relato bem exato do que estávamos vivendo. Deixou de ser uma questão entre a faculdade e a reitoria e tomou um volume maior”, diz a vice-diretora da FIC, Eliany Alvarenga de Araújo, que a partir do ocorrido mudou sua rotina. “Evito o pátio no fim de tarde”, comenta.

“Esperamos uma ação conjunta, aumentar a vigilância, a segurança eletrônica, com filmadoras, mas precisamos saber quais as condições reais do setor de segurança da UFG. Precisamos ser justos com a demanda que estamos colocando”, pondera.

Eliany defende a presença estratégica da PM não necessariamente no campus, mas nas imediações. “Um trabalho de inteligência e de prevenção, monitorando o tráfico nos bairros”, sugere.

Desde o ano passado, a reitoria toma medidas na iluminação, investe em vigilância terceirizada (veja na página 9), criou ações para reocupar e cercou o bosque. E financia uma grande pesquisa sobre vio-

lência e segurança nos campus, com a colaboração da Adufg Sindicato. A partir de abril, com os dados da pesquisa, a comunidade universitária definirá sua política de segurança (veja mais na página 10).

Baixas ocorrências

Apesar do receio crescente, o número de ocorrências no Campus Samambaia em 2014 caiu em relação a 2013, em várias modalidades. Segundo a Gerência de Segurança, os aumentos foram apenas em furto e roubo de patrimônio, e de acessórios de motos. Pode haver subnotificação (casos não registrados). Veja quadro nesta página.

“Quem atirou foi a ‘rádio peão”

O chefe da Gerência de Segurança Patrimonial da UFG, Elias Magalhães, refuta a existência de uma suposta disputa por território entre grupos criminosos no campus. “Se há grupos de traficantes, eles atuam em harmonia”, afirma.

Na reportagem publicada pelo *O Popular*, um vigilante, que o jornal manteve anônimo, afirmou ter sido ameaçado com arma de fogo ao atender uma ocorrência de “tiroteio”.

“Houve um chamado de que havia alguém armado. Fizemos a abordagem, eram traficantes, mas nunca houve disparo, não vimos armas. Se tinha alguém armado, evadiu”, afirma Magalhães. A ‘rádio peão’ é que saiu atirando pra tudo que é lado”, disse.

Na ocasião, a segurança da UFG apreendeu três pessoas, dentre elas um menor, e teve de levar os acusados até a sede da Polícia Federal. A PM teria se recusado a buscar os acusados.

OCORRÊNCIAS NO CÂMPUS SAMAMBAIA



30 vigilantes concursados
78 vigilantes contratados no período diurno
vigilantes terceirizados durante o noturno 68

aumento	redução	estabilidade	
Furto ou roubo de patrimônio Em 2014, foram dez ocorrências. Em 2013, cinco, aumento de 100%. O pico foi em 2008, com 15 casos.	Acidentes de trânsito Menos de dez no ano passado. O pico foi em 2009, com pouco mais de 20 acidentes.	Arrombamento de veículos Foram 40 casos no ultimo ano. 2013 foi o ano com mais casos: 80 arrombamentos.	Roubo de bicicletas Desde 2013 não é registrado furto de bicicletas no câmpus. O pico foi em 2008, em que 7 roubos foram registrados.
Furto ou roubo de acessórios de motos Em 2012 não houve ocorrência. Ano passado, foram cinco registros. O pico foi em 2011, com dez ocorrências.	Furtos e roubos Os furtos e roubos à comunidade universitária foram mais de 70 ocorrências. Em 2013, ano recorde de casos, foram mais de cem;	Ocorrências com animais No ano passado, apenas duas foram registradas. O maior número foi em 2011, com seis casos.	Encontro de cadáveres Dois corpos foram encontrados em 2013 e dois em 2014. Número que se repete apenas em 2008.

Fonte: Gerência de Segurança Patrimonial da UFPA

Fonte: Gerência de Segurança Patrimonial da UFG

IF tranca porta de acesso pelo pátio

Há pelo menos três anos instituto mantém entrada única para evitar fumantes de maconha no prédio



Diretor do IF, professor Tertius Fonseca: cadeados são mantidos na porta há pelo menos três anos

Docentes, servidores e estudantes têm apenas uma porta de acesso ao Instituto de Física (IF), a do pátio que a unidade compartilha com o Instituto de Química (IQ).

As portas do outro lado, pelo pátio que o IF divide com as faculdades de Ciências Sociais (FCS) e a de Informação e Comunicação (FIC), estão trancadas há pelo menos três anos.

Motivo: evitar fumantes de maconha e a fumaça no prédio. E o que pode surgir com eles, frequentadores da comunidade externa e vendedores de drogas.

“Enquanto tiver só o consumo, está tudo tranquilo, é normal. Mas quando tem a comercialização, traz desconforto. Quando eles (traficantes) entram, começam os furtos, roubos”, diz o diretor da unidade, professor Tertius Fonseca,

que manteve a política de trancar a porta da gestão anterior.

“Acho que quando há só o consumo, roubos e furtos acontecem porque sempre acontecem. Mas se um traficante se estabelece aqui, a coisa muda de figura completamente, e imagino que furtos e roubos passem a ser mais frequentes”, diz.

A situação seria mais tensa para estudantes, servidores e professores do período noturno. “A iluminação precária é o mais preocupante. Mas já houve melhoria nisso”, diz.

“PM no campus, não sei se é solução, mas não me incomodaria”, afirma o professor. “Poderia ser bom a presença da polícia. No IF, não há dúvida, se tivéssemos a polícia aqui, não teria problemas. Estamos aqui para trabalhar. Isso incomoda a quem faz coisas erradas”, argumenta.

Segurança gera os maiores custos de manutenção da UFG

Os gastos com empresas de monitoramento e vigilância armada são os mais altos dos relatórios anuais de Despesas Básicas com Manutenção da UFG desde 2008, quando a Pró-reitoria de Administração e Finanças (Proad) publica os gastos em seu site. Relatórios não incluem folha de pagamento.

Desde 2008, os gastos representam entre 23% e 32% das despesas, que incluem diárias de viagens, contas de água e energia, serviços gráficos, limpeza, manutenção veicular, combustível, passagens aéreas, publicações da reitoria e outras rubricas.

Em 2014, o valor absoluto de gastos é o mais da história da UFG: R\$ 16,5 mi-

lhões. Os dados, disponíveis no Portal da Transparência, do governo federal, ainda não foram publicados no relatório de despesas da Proad, por isso ainda não é possível saber que fatia o gasto representa no universo das despesas.

Entre 2008 e dezembro de 2014, foram gastos R\$ 65,4 milhões com vigilância, monitoramento e rastreamento. O dinheiro, repassado às empresas, paga salários de vigilantes e vigias terceirizados – tanto os que fazem ronda ostensiva como os que permanecem fixos em unidades – e os serviços de monitoramento por câmeras.

A empresa que mais recebeu por estes serviços é o Grupo Guardiã.

Criminalidade na cidade impacta universidade

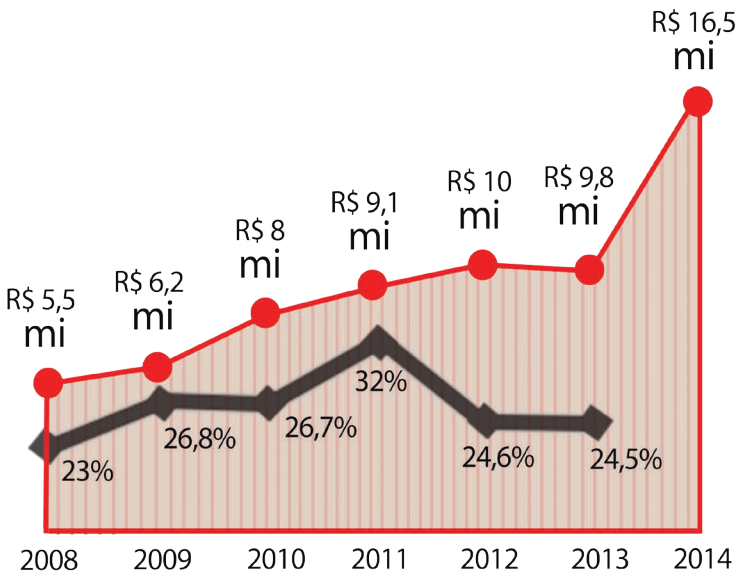
Em nota, a reitoria diz que a “UFG faz parte de um contexto social de nossa cidade, que vem sofrendo com o aumento da criminalidade e a reitoria está ciente das questões de segurança no Câmpus”.

Informa que houve melhoria da iluminação e o monitoramento por meio de câmeras, além do auxílio dos agentes de segurança, já estão presentes na maioria dos prédios da universidade.

“Internamente, além da pesquisa sobre violência no câmpus, coordenada pela FCS, foi criado um grupo de trabalho no Consuni e está havendo a preocupação de envolver diretores de órgãos e unidades acadêmicas, além da comunidade nessa discussão”, diz.

“Entendemos que essa não deve ser uma preocupação da gestão apenas, mas da comunidade como um todo”, afirma a reitoria.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO



Em **vermelho**, os valores gastos com vigilância e monitoramento eletrônico na UFG.
Em **preto**, o quanto a segurança representa nas despesas básicas por ano.

O relatório de despesas básicas de 2014 não havia sido finalizado até o fechamento desta edição.

As despesas com segurança estão entre as mais significativas entre os gastos da UFG desde 2008.

DE 2008 A 2014: R\$ 65.470.279,32
EM 2014: R\$ 16.587.765,25

TIPOS DE DESPESA EM 2014



VIGILÂNCIA OSTENSIVA
R\$ 16.585.920,23



MONITORAMENTO E RASTREAMENTO
R\$ 1.845,02

A terceirização da vigilância ostensiva representou, em 2014, 37,5% do total gasto em locação de mão de obra

‘Campus são absolutamente seguros’

Pesquisa patrocinada pela UFG pretende revelar quais são seus verdadeiros problemas de violência, se estão relacionados a tráfico de drogas e roubos ou a assédios morais e sexuais

ENTREVISTA ~ RICARDO BARBOSA

A pesquisa multidisciplinar “Violências, conflitos e crimes: subsídios para a formulação da política de segurança da UFG”, financiada pela reitoria e que vigora desde o ano passado, quer desmistificar percepções equivocadas sobre violência nos campus, revelar o que é realmente inseguro na UFG e subsidiar ações para conter os problemas na universidade.

O estudo – o maior levantamento sobre o tema em Goiás e um dos maiores entre as universidades brasileiras – tem custo estimado em R\$ 100 mil. São

quase mil questionários, 40 grupos focais, 30 entrevistas em profundidade e 40 pesquisadores de várias unidades, que atuam nas regionais de Goiânia, Catalão, Jataí e Cidade de Goiás. Envolve todos os segmentos da universidade e suas entidades representativas, Adufg Sindicato, Sint-lfeso e DCE.

O relatório final, com os dados, será apresentado ao Conselho Universitário (Consuni) na segunda quinzena de abril. De posse dessas informações, a reitoria vai abrir um seminário com a comunidade acadêmica para elaborar seu plano de segurança. “A pesquisa não vai indicar soluções, mas apenas subsidiá-las. Quem vai dizer quais as soluções são as instâncias da universidade, a partir do debate”, diz o professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) Ricardo Barbosa, um dos coordenadores.

A pesquisa tem três frentes: um quadro comparativo nacional, que avalia situações e políticas de segurança de outras universidades; um mapa de todas as ocorrências registradas nos campus da UFG e em suas imediações; e um estudo sobre representações e sentimentos relacionados à violência. É coordenada, além de Ricardo, pelos professores da FSC Dijaci de Oliveira, Francisco Tavares e Dione Carvalho; e pela professora da FIC Angelita de Lima.

O que é a pesquisa? O que ela pode oferecer para o problema da segurança na UFG?

A pesquisa vai mostrar se a própria universidade se sente segura ou insegura, como ela pensa a polícia, o tráfico, o que afinal é violência para ela. Quais são seus verdadeiros problemas, é o tráfico de drogas? São os arrombamentos e os roubos? Ou são problemas de assédio moral, sexual, violências simbólicas? Quem particularmente se sente mais inseguro na universidade? Por quê? Seus problemas são novos ou se sempre existem? Será que agora têm mais visibilidade? Qual impacto do crescimento da universidade nisso? A pesquisa trará resposta para essas e outras questões.

Existe uma sensação de que o Campus Samambaia cria condições favoráveis ao crime. É isso mesmo?

Essa ideia não tem correlação com nenhum dado disponível. Os campus da UFG, seus prédios e espaços, continuam sendo lugares bastante seguros. Nas estatísticas da Polícia Civil, por exemplo, o Campus 2 não aparece como um local com ocorrências significativas de furtos ou roubos de veículos, mas como um lugar de apreensão de veículos furtados em outros lugares. O campus é usado para “esfriar” carros. Em relação à cidade, é um lugar absolutamente seguro. A universidade não está fora da cidade ou da realidade, e sua população não é diferente da população em outros lugares. Algumas representações, temores e medos, em relação à segurança, drogas, polícia no câmpus provavelmente são muito próximas de outros lugares. O que deve ser diferente é a forma de a universidade encaminhar o problema, isso sim. Temos estrutura, histórico, organização e pensamento crítico para entender isso de uma forma não imediatista, não ligeira, não de impacto ou cosmética. Temos de dar um tratamento diferenciado a esse senso comum.

Reportagem de *O Popular*, publicada nas férias, falou da disputa por território entre traficantes e ladrões de veículos no Campus Samambaia.

Essa reportagem oferece poucas condições de entender o problema. Trabalha em prol do sentimento de pânico e de insegurança, que não são bons conselheiros, nem individualmente nem para formulação de políticas públicas. Criou uma imagem negativa do Campus 2, que é provavelmente muito mais seguro que o Campus 1 e que bairros das imediações em todos os indicadores de

tráfico, estupro, furtos, roubos. A informação, o dado, descrever a realidade, é o primeiro passo para desmistificar as coisas. Uma das principais razões do medo é a falta de informação ou a forma como essa informação circula. A universidade tem que dar conta de discutir sua própria realidade e não ilações sobre ela.

Por que a universidade tem dificuldade em lidar com as instituições da segurança pública?

Há vários segmentos políticos dentro da universidade, de partidos a movimentos sociais,

e o histórico do aparato da segurança pública com esses segmentos não é agradável. Então há um enfrentamento, mas que não pode ser motivo, nem para a UFG, nem para a segurança pública, se recusarem a trabalhar de forma integrada e conjunta, nem com a PM, a Polícia Civil ou a Polícia Federal. Nenhuma instituição pode fazer exigências diferenciadas de como isso deve acontecer, mas tem que ser normalmente. E isso não está acontecendo. O clima chegou a tal ponto que a polícia se recusa atender ocorrência no Campus 2. Se ocorrer um homicídio dentro da UFG, por exemplo, a polícia não pode se recusar a tomar suas providências. A polícia deve agir no campus como age em qualquer lugar. Como não pode acontecer também de a polícia ir para uma ocorrência no campus e ser agredida. Nem o policial pode atirar antes de perguntar, nem a comunidade acadêmica pode atirar antes de perguntar. Vale pros dois lados. Se, na pesquisa, conseguirmos avançar nessa questão, a percepção de que a universidade é um lugar a parte vai se dissolver. Já será um ganho.

“OS SENTIMENTOS DE PÂNICO E DE INSEGURANÇA NÃO SÃO BONS CONSELHEIROS, NEM INDIVIDUALMENTE, NEM PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS”

Ricardo Barbosa: “Uma das principais razões do medo é a falta de informação ou a forma como essa informação circula”

Macloys Aquino



Ensino Médio avança, mas ainda é falho

Fernando Pereira apresenta diagnóstico do período em que ocupou a Superintendência do Ensino Médio, da extinta Secretaria do Estado da Educação

O Ensino Médio em Goiás melhorou nos últimos quatro anos. É esta a visão de Fernando Pereira, ex-superintendente de Ensino Médio da rede pública de educação. O avanço seria fruto da implantação de escolas de tempo integral, da diminuição da evasão, do incentivo a projetos das escolas e a regularização das aulas. No período, a rede pública estadual destacou-se no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo a melhor nota do Brasil no Ensino Médio, com 3,8 pontos.

Fernando, que também é professor do Cepae, esteve na Secretaria da Educação entre 2011 e 2014. No cargo, trabalhou na implantação das escolas de Ensino Médio em tempo integral, como uma alternativa civil aos colégios militares. Quando surgiu, em 2013, o projeto contemplava 15 escolas goianas, e se expandiu para 22 no ano passado.

Inspirado no modelo da rede pernambucana, o projeto de ensino integral em Goiás é, segundo Fernando, pensado para atender as demandas dos estudantes e tornar a permanência na escola mais eficaz. “Não tem isso de pela manhã, é núcleo duro, de tarde, é a parte light”, explica. No ensino integral, professores e alunos tem a mesma carga horária na escola. “Este é um diferencial importante”, comenta.

O professor atuou nas escolas auxiliando na execução de projetos que muitas vezes não andavam por entraves burocráticos. Muitos diretores não dominam trâmites de prestação de contas, dentre outras questões. Pereira visitou escolas para explicar processos envolvidos e incentivar ações que procurassem reduzir a evasão e aumentar a proficiência.

Outro avanço seria a regularização das aulas. “A principal coisa que melhorou nossos resultados é que começou a ter aula. Se são aulas boas ou ruins, não entro no mérito, é o que temos. Mas havia aula”, diz. Segundo ele, antes de assumir o cargo, muitas escolas liberavam estudantes às 10h30, por falta de professores.

Coisa que voltou a ocorrer com a demissão de professores temporários no final do ano passado. Algumas escolas voltaram a dispensar seus alunos mais cedo em função da falta de professores.



Fernando Pereira, que ocupou a Superintendência de Ensino Médio da extinta Secretaria da Educação

“É lamentável que isto esteja acontecendo, mostra falta de planejamento de um governo de continuidade. Sem dúvida compromete os avanços que vínhamos tendo”, comenta Fernando.

Conteudismo

Outro problema do Ensino Médio, para o professor, é o extenso currículo de disciplinas e conteúdos a serem ensinados. “Temos de pensar isto na reformulação do Ensino Médio e diminuir drasticamente os conteúdos que a gente dá. O nosso Ensino Médio é extremamente enciclopédico e não adianta, você faz de conta que ensina um monte de coisas para os meninos e eles não aprendem nada”, aponta.

Déficit

A rede estadual tem um déficit de mais de oito mil professores, muitas deles substituídos por temporários, que hoje representam quase um terço dos professores da rede. O ex-superintendente não acredita, no entanto, que se está sucateando a educação para a adesão a uma gestão por organizações sociais (OS), como afirmou o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego). “Penso que a experiência até poderia ser feita em algumas escolas, mas não vejo condições de se estender esta proposta para toda a rede.

Fardo

A rede pública ainda enfrenta problemas com a estrutura de algumas escolas e com a falta de professores qualificados em algumas regiões.

Outro desafio é o ensino noturno. Não há um programa específico no País para esta modalidade da educação. Pereira defende um sistema com menos aulas presenciais, para que o aluno possa desenvolver atividades via internet. Alunos do noturno são mais velhos e muitos trabalham e, para o professor, a escola pode, em alguns casos, tornar-se um fardo.

Em relação à fusão das pastas da Educação, Esporte e Cultura, promovida no início desse ano, ele não tem boas perspectivas. “Eu fiquei estes quatro anos na Educação e eu não vejo onde vai cortar (recursos) não. Estou ouvindo falar em corte e este foi um dos motivos pelos quais eu não quis continuar. Eu não sei onde vão cortar. A educação precisava era de mais recursos”, comenta.

Repensar o papel dos professores

Após o exercício de sua função na rede pública de ensino, Pereira volta ao Cepae com uma lição que considera importante: é urgente que a universidade repense seu papel na formação dos professores. Isto porque, conforme ele, as redes de ensino público e privado são desconhecidas pela universidade, por falta de diálogo.

“Quando você sai da universidade e vai para a rede pública você tem um choque. E quando você vem da rede pública e chega na universidade é outro choque. É um completo desconhecimento”.

“A formação é muito mais ideológica do que prática. O professor é capaz de fazer todas as críticas ao sistema educacional, mas não é capaz de chegar na sala de aula e ensinar Matemática, Português”, afirma.

NÚMEROS*

625
são as escolas de Ensino Médio

22
em tempo integral

29 MIL
professores em toda rede

70%
são especialistas

5%
não são licenciados

8 MIL
são temporários

270 MIL
alunos

* Rede estadual de Ensino Médio

**AÇÕES JUDICIAIS PROPOSTAS
PELA ADUFG SINDICATO**

ESCRITÓRIO SILVA E DIAS ADVOGADOS
DENISE SILVA DIAS, IVAN RICARDO
DIAS E MARIA ISABEL SILVA DIAS.

Observação: Nenhuma dessas ações representa para a Adufg Sindicato riscos de condenação em honorários advocatícios de grande valor. Valor atribuído às causas de pequena monta, apenas para atender a legislação processual.

1. GED - APOSENTADOS E PENSIONISTAS (EQUIPARAÇÃO GED DOCENTES ATIVOS)
Beneficiários: aposentados e pensionistas (ago/2004 a mar/2008). Equiparação do valor da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) de aposentados e pensionistas com a dos docentes em atividade. Tudo indica que a isonomia só será reconhecida para o período em que não se exigiu a avaliação de desempenho. Lei 11.087/2005. Nº processo 2005.35.00.016528-0 (0016396-87.2005.4.01.3500), Ação Ordinária. 1ª VJF/GO. Sentença de Mérito da 1ª Instância reconheceu o direito dos filiados da Adufg. Reconhecido o incidente de inconstitucionalidade pela Corte Especial do TRF1 – 2ª Turma do TRF1 aguardando prosseguimento do julgamento.
2. AÇÃO 3,17% (RESÍDUO SALARIAL)
Beneficiários: todos os filiados que se filiaram até a data da propositura da ação de conhecimento. Proc. de Origem Nº 2000.35.00.018100-3. Ação Ordinária Coletiva – 4ª VJFGO. Com o trânsito em julgado foi renumerado em 3 processos para Cumprimento de Sentença: 1. Proc. n. 2009.35.00.004827-5. Embargos à Execução: Proc. Nº 2009.35.00.009091-2 (TRF1- aguardando julgamento Embargos de Declaração); 2. Proc. Nº 2009.35.00.001730-8. Embargos à Execução: Proc. Nº 2009.35.00.001294-0 (TRF1 aguardando julgamento Embargos de Declaração); 3. Proc. Nº 2009.35.00.012954-1. Beneficiários: docentes e pensionistas que se filiaram após a data da propositura da ação de conhecimento (sentença idêntica a dos outros processos, ainda não publicada); 4. Proc. Nº 2008.01.00.022523-2 (Decisão do TRF1 favorável aos docentes/pensionistas que se filiaram à Adufg após out/2000. A UFG interpôs Recurso Especial para o STJ, que não foi admitido; dessa decisão a UFG agravou – AREsp 384034/GO - aguardando julgamento do STJ).
3. IRRF E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISENÇÃO SOBRE 13º. SALÁRIO, 1/3 FÉRIAS, CDs e FGs
MSC-2000.35.00.017951-2 – 1ª VJF/GO denegou a segurança. TRF1 concedeu parcialmente a segurança reconhecendo o direito à isenção pleiteada tão-só sobre 1/3 de férias. Dessa decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial para o STJ, ainda não admitido pelo TRF1 (sobrestado aguardando julgamento de recurso representativo da controvérsia no STJ – Resp 1230957).
4. AÇÃO CONTRIBUIÇÃO INSS - (s/ faturas da UNIMED/UNIODONTO)
MSC - 2000.35.00.013742-1 – 8ª VJF/GO – 15.08.2000 – Sentença de Mérito Favorável. Decisão do TRF1 reformou sentença de 1º Grau, e, em sede de Embargos de Declaração, opostos pela Adufg Sindicato, foi restabelecida a sentença de 1º Grau, já transitada em julgado. (Mandado de segurança que questionou a legalidade da contratante de plano de saúde, no caso a Adufg, pagar a contribuição previdenciária dos profissionais cooperados da UNIMED, no percentual de 15% incidente sobre as faturas mensais).

5. VANTAGEM DOS QUINTOS (ART.62) CUMULADAMENTE COM A VANTAGEM DO ART.192, AMBOS DA LEI 8.112/90

Beneficiários: aposentados/pensionistas. MSC-2000.35.00.017952-5. Transitou em julgado. Fase: execução (segundo a UFG só três docentes se beneficiaram desse processo: Luisa Isabel Taveira Rocha, Jeblin Antônio Abraão e Willian Sebastião Taveira. O juiz determinou à UFG para juntar as portarias e fichas financeiras desses filiados no prazo de 10 dias).

6. REDUÇÃO VALOR DE CD (PERCENTUAL 55% REDUZIDO PARA 25%)

Histórico: Proposta contra a Lei 9.640/98 que alterou o percentual relativo à remuneração do cargo de função gratificada de 55% para 25%, dos filiados que foram nomeados anteriormente à vigência da referida Lei. Proc. n. 2001.35.00.013321-5. 1ª VJF/GO. Ação Ordinária. Beneficiários: 39 filiados que exerceram cargos de direção (CD) e FG, que foram nomeados anteriormente à Lei 9.640/98. Sentença de 1º Grau favorável e mantida pelo STJ. Transitada em julgado. Fase atual: embargos à execução proposto pela UFG julgados improcedentes. Valor da execução não contestado pela UFG (sentença e relação com os valores de cada um dos beneficiários na Adufg Sindicato).

7. PERCEPÇÃO DA GED CUMULATIVAMENTE COM A VANTAGEM DO ART.193 (SUSPENSÃO DA GED)

Beneficiários: 04 filiados com a FC integral. MSC-2004.35.00.008726-5 (7ª VJF/GO) – Transitado em julgado. Foi restabelecido em maio/2014 o pagamento do valor excluído em 2008. Fase atual: execução das diferenças relativas ao período de 2008/2014 (Antonio Nery da Silva, Daniel Borges Campos, João Baptista Gonçalves e Miguel Jorge).

8. REVISÃO E INCORPORAÇÃO DE QUINTOS (CD E FG) – PERÍODO: 08.04.98 a 04.09.2001
MSC-2005.35.00.006600-8/GO – Transitado em julgado. Fase atual: execução (Adufg conseguiu da UFG a certidão exigida pela juíza da 1ª Vara com o nome e CPF e com o nº de parcelas a incorporar ou a substituir dos beneficiários que exerceram cargos e/ou funções no período de abr/98 a 04set/2001).

09. CORREÇÃO DAS CADERNETAS DE POUPANÇA

Ação Ordinária de Cobrança em que se pleiteia o ressarcimento da correção da caderneta de poupança, devido à mudança do seu indexador, quando o governo editou os Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), determinando a adoção de índices inferiores àqueles até então vigentes e prejudicando quem, naquela época, possuía saldo em caderneta de poupança, com data de aniversário anterior à entrada em vigor das novas regras. Beneficiários: apenas filiados que entregaram extratos e/ou requerimentos de extratos na data da propositura da ação 30/05/2007. Nº 2007.02049551 - 3ª. Vara da Fazenda Pública Estadual (TJ-GO) – Julga parcialmente procedente. Recursos dos Bancos ainda não julgados. Nº 2007.35.00.010437-9 – 7ª VJF/GO – Adufg x CEF. Sentença reconheceu a ilegitimidade da Adufg para pleitear direito do consumidor – Adufg interpôs recurso de apelação para o TRF-1ª Região, ainda não julgado.

10. PAGAMENTO DA FG-1 A COORDENADORES DE CURSOS NÃO CONTEMPLADOS COM ESSA GRATIFICAÇÃO

Proc. Nº 2007.35.00.023892-6. 2ª VJF/GO. Ação Ordinária. Sentença julgando improcedente o pedido. Adufg interpõe Recurso de Apelação que

aguarda julgamento do TRF-1ª Região. Fase atual: Pela 4ª vez está concluso para relatório e voto (18/12/2014)

11. ABONO DE PERMANÊNCIA (exclusão da base de cálculo do IRRF)

Proc. Nº 2009.35.00.005212-4. 2ª VJF/GO. Ação Ordinária julgada improcedente. Adufg interpõe recurso de apelação para o TRF-1ª Região, ainda não julgado.

12. INTEGRALIDADE DA RT (Retribuição por Titulação) PARA OS FILIADOS QUE SE APOSENTARAM COM PROVENTOS PROPORCIONAIS

Processo Nº. 11154-74.2010.4.01.3500 (Digital). 3ª VJF/GO. Ação Ordinária. Sentença pela improcedência do pedido. Recurso de apelação da Adufg Sindicato aguardando julgamento do TRF-1ª Região

13. IMPUGNAÇÃO DO AC-835/2012-TCU-Plenário (DET. À UFG QUE REDUZA EM 36,55% OU 55,05% O VALOR DOS 5ºS DE FC – RUBRICA 'DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO' – REDUÇÃO JÁ EFETIVADA PARA UNS EM JANEIRO/2015 E PARA OUTROS SERÁ NA FOLHA DE FEV/2015 (só para os filiados que tem essa vantagem no contracheque)

MSC-0034504-52.2014.4.01.3500 (3ª VJF/GO – Julgamento sem resolução do mérito – ilegitimidade passiva da UFG). MSC-33.437/DF – Adufg Sindicato x Presidente do TCU e Reitor da UFG – Min. Dias Toffoli – 1ª Turma STF (ainda sem decisão liminar).

**AÇÕES JUDICIAIS PROPOSTAS
PELAS ADUFG SINDICATO**

ESCRITÓRIO MACHADO DE CARVALHO
JOÃO JOSÉ MACHADO DE CARVALHO

1. AÇÃO FGTS – EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA

Serão beneficiados 110 filiados que fizeram acordo com o Governo Federal para o recebimento da correção de saldo do FGTS e tiveram o acordo cancelado, mediante decisão judicial, garantindo os benefícios da sentença dos autores que não fizeram acordo. Processo nº 2006.35.00.005487.4. Embargos à execução. Vista publicidade para contra-razões (processo atribuído para juízo de admissibilidade) para encaminhamento ou não ao STJ.

2. SUSPENSÃO DE DESCONTOS DE VENCIMENTOS RELATIVOS A PAGAMENTO DE FÉRIAS

Mandado de Segurança impetrado em 2004 contra a reitoria da UFG, que comunicou a docentes a decisão de realizar descontos de seus vencimentos a título de reposição ao erário, cuja causa seria o pagamento indevido de valor referente à conversão de um terço das férias em pecúnia. 22 autores, a partir do nome de Andreia Ferreira da Silva. Processo nº 2004.01.00.015485-9 (acoplado ao de nº 2003.35.00.016481-1). Processo baixado, após decisão do STJ, considerando que os impetrantes trabalhavam no período de férias indenizados, ao exigir a devolução de valores, a administração, em contrapartida, terá que remunerá-los pelos serviços prestados no período.

3. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Visava impedir ato da UFG que determinou a exclusão do pagamento de insalubridade durante afastamento para curso de pós-graduação e o recolhimento de adicional de insalubridade. Processo nº 2004.35.00.005994-8. O STJ reconheceu o direito dos professores ao adicional de insalubridade.

curtas

Carlos Siqueira - Ascom/UFG



ENDOSCOPIA

Joffre Rezende dá nome a novo centro

O professor Joffre Marcondes de Rezende, falecido no dia 26 de janeiro passado, aos 93 anos, foi homenageado pelo Hospital das Clínicas (HC), emprestando o nome ao novo Centro de Endoscopia, cuja reinauguração, com reforma e adaptação, ocorreu no fim de fevereiro.

Joffre, personagem de reportagem da última edição do **Jornal do Professor**, foi quem idealizou e iniciou o serviço de Endoscopia no HC. Hoje reequipado, o centro é um dos mais completos entre os hospitais universitários federais brasileiros.

O professor dedicou 64 anos de sua vida à Medicina. Foi um dos fundadores da Revista Goiana de Medi-

cina, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT) e da Sociedade Brasileira de História da Medicina. Um dos nomes mais importantes da história da Faculdade de Medicina, foi professor emérito pela UFG e doutor honoris causa pela UnB.

O falecimento do professor foi lamentado por centros de pesquisa e entidades representativas da Medicina em todo Brasil.

Na solenidade de reinauguração do centro, estiveram presentes o reitor Orlando Amaral; o diretor do HC, José Garcia; o médico Joffre Rezende Filho; o chefe da Endoscopia, o gastroenterologista José Alcanfor Ximenes; e a gerente de Enfermagem do HC, Adriana Silva.

MCTI

Editais de 2014 sem repasse

Declaração recente do secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Alvaro Prata, gerou apreensão na comunidade científica. Segundo ele, a pasta não repassou recursos para diversos editais de 2014 e, provavelmente, “não conseguirá cumprir com tudo que foi planejado para 2015”, disse Prata.

A declaração veio durante a abertura do fórum do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), na sede do ministério, em Brasília (DF), no início de março. E revelou o impacto da política de austeridade do governo federal no orçamento do MCTI.

O programa Ciências sem Fronteiras (CsF), por exemplo, deverá absorver boa parte dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tec-

nológico (FNDCT), principal meio para a estimular a inovação do País.

Um dos mais onerosos programas do governo, ainda não há uma solução para reduzir os impactos do CsF no orçamento do MCTI. O ministério estuda maneiras para tentar tirar do fundo a responsabilidade de abastecer o CsF. Este ano, está previsto o repasse de R\$ 1,1 bilhão do FNDCT para o programa.

“A nossa expectativa é de que a possamos minimizar essas dificuldades e atender as empresas, os projetos, os coordenadores. Agora, é claro que, quando você lista todos os compromissos assumidos, nota-se que eles excedem aquele orçamento que nós temos neste momento ao longo de 2015 para utilizar”, afirmou Alvaro Prata. *(Agência Gestão CT&I, com redação)*

CIÊNCIA

Mulheres ainda subrepresentadas

Pesquisa da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, mostrou que as mulheres são subrepresentadas nas áreas de humanas e exatas. Historicamente consideradas inferiores intelectualmente, mulheres que se interessam por campos como Física, Engenharia, Matemática e outras que “idolatram gênios” costumam encontrar resistência, afirmou a pesquisa.

Para os pesquisadores, há poucas mulheres na ciência porque a ciência não lhes dá espaço. De acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), hoje, no Brasil, há 63.349 doutores bolsistas de mestrado do sexo masculino — 7.075 a mais que do sexo feminino.

A maioria delas concentra os estudos em áreas das ciências humanas (10.856) e da saúde (10.088), enquanto eles dedicam-se às ciências sociais aplicadas (7.236), exatas e da terra (6.258).

Foram entrevistados 1, 8 mil estudantes de graduação, pós-doutorado e docentes de 30 disciplinas diferentes. *(Com informações do Correio Braziliense e do Jornal da Ciência)*

Curso de editoração científica em junho

O XXIII Curso de Editoração Científica será realizado entre os dias 25 e 27 de junho de 2015 no Mercure Hotel, em Goiânia, e contará com apresentações em torno do tema “Luz sobre os paradigmas da publicação científica”.

O evento terá palestras e cursos de especialistas sobre modelos vigentes na editoração científica, as possíveis necessidades de mudanças e inovações, além de orientações sobre os futuros desafios para a sua implementação.

O evento terá sessões tira-dúvidas e de bate-papos com editores científicos. É destinado a editores de periódicos, revisores, autores, pesquisadores, professores ou alunos de pós-graduação. Mais informações no site www.abecbrasil.org.br.

Robson Vieira



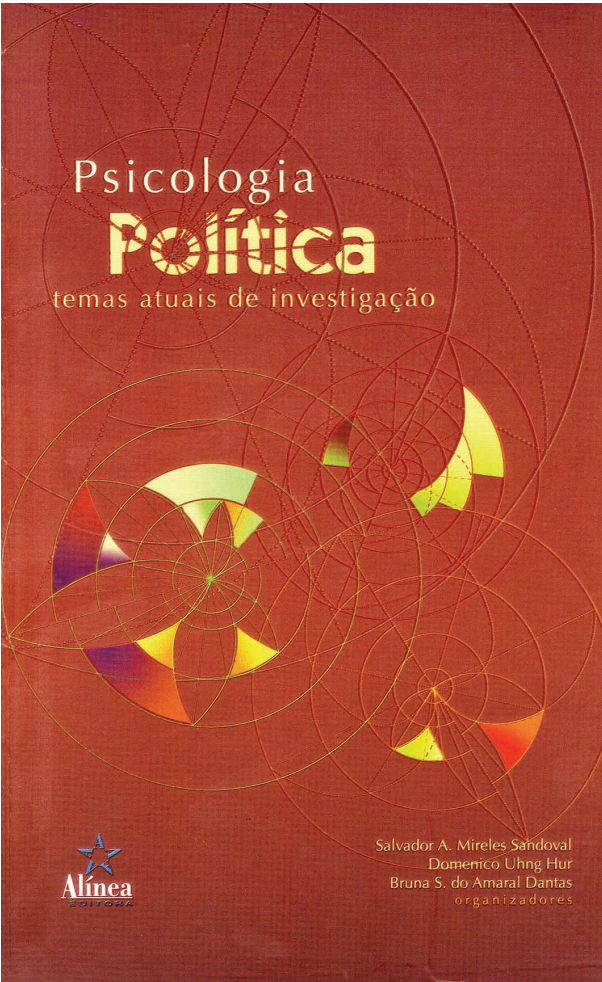
O encerramento da disciplina de núcleo livre “Direitos Humanos – que circo é esse?”, ofertada pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH), foi uma festa lúdica. Na imagem, estudante participa de um circo-teatro sobre direitos humanos, apresentado a crianças de escolas da periferia de Goiânia, em dezembro de 2014. O núcleo é coordenado pelas professoras Cerise Campos, Vilma Machado e Fernanda Busanello, e pelo professor Mauro Prado.

MARCO DA PSICOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA

O professor da Faculdade de Educação (FE) Domenico Hur é um dos organizadores do livro que deve ser um marco na consolidação dos estudos da Psicologia Política no Brasil. “Psicologia Política - temas atuais de investigação” teve participação pesquisadores de todo o país, além de autores da Universidade da Costa Rica. O livro foi idealizado no Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP. Domenico trabalhou ao lado de Bruna Dantas e do professor Salvador Sandoval, um dos fundadores da Psicologia Política no Brasil. Fernando Lacerda, professor da FE e colega de Domenico, assina artigo na obra.



Domenico Hur e Fernando Lacerda participam de livro-marco da Psicologia Política



O livro discute identidades políticas e analisa diferentes aspectos de movimentos sociais e de intervenção comunitária. “A Psicologia Política configura-se mais como um campo de investigação e intervenção do que como uma disciplina teórica uniformizada. É um campo em construção, ainda multifacetado e polissêmico”, diz trecho da introdução da obra. A Psicologia Política começou a ser desenvolvida no Brasil no fim da década de 1970, e se estruturou a partir de grupos de trabalho na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), nas décadas de 1980 e 1990. O lançamento será no dia 9 de abril, na Livraria Cultura, na Avenida Paulista, em São Paulo.

- **Psicologia Política - temas atuais de investigação**
- Salvador Sandoval, Domenico Hur e Bruna Dantas (org.)
- Editora Alínea
- 267 págs
- R\$ 32

LANÇAMENTOS

PENSANDO O COTIDIANO
Joel Pimentel de Ulhôa
Cânone Editorial
322 páginas

O ex-reitor e professor emérito Joel Ulhôa reúne mais de uma centena de reflexões sobre temas que chamaram a atenção desse autor-filósofo na transição da década de 1990 para os anos 2000. Política, educação, violência, ética, direitos humanos, liberdade de expressão são alguns dos temas que aborda com propriedade, em bases teóricas sólidas, mas sem o pedantismo às vezes presente na linguagem acadêmica. Sendo um registro das preocupações que marcaram década já passada, o livro provoca a reflexão sobre o tempo presente, pela atualidade dos temas.



UM PÔNEI CHAMADO CAVALO
Alexandre Costa
Cânone Editorial
28 páginas

Quem nunca brincou de cavalo, montando no pé do pai ou na bengala do avô, no carrossel do parque ou no cavalinho de balanço? Cavalos reais ou imaginários fazem parte da infância de crianças. Fulano de Tal e Filho pôde conhecer também cavalos de verdade e, mais do que isso, uns cavaleiros especiais chamados pôneis. O conto infantil escrito pelo professor da Faculdade de Letras da UFG, Alexandre Costa, relata fatos da vida comum, permeados pelo relacionamento entre pai e filho.



CÉSIO 137 – O DRAMA AZUL:
irradiação em narrativas
Suzane de Alencar Vieira
Cânone Editorial e Fapesp, 194 páginas

Reconta a história da catástrofe nuclear ocorrida em Goiânia, em 1987. A trama se prolonga por narrativas que adicionam novas histórias e novos testemunhos sobre o evento, num claro esforço de dar sentido à experiência-limite da catástrofe. Em uma nova narrativa, elaborada quase 30 anos depois, a autora analisa a vasta produção literária, artística, fotográfica, audiovisual, jornalística sobre o acidente, faz entrevistas e acompanha a configuração narrativa dos variados relatos, iluminando faces desse desastre que marcou a história da cidade, a história da energia nuclear no Brasil e a história das catástrofes radiológicas no mundo.



Prazer que se transforma em resultado

Empenho de Flávia Lima, proporcionado pelo bom clima de trabalho na escola, vira pauta de programa de televisão em rede nacional

“De onde viemos?”, perguntou o garotinho ruivo. “Porque o leite é branco?”, indagou um colega ou “do que morreram os dinossauros?”, emendou uma menina de óculos. Dúvidas de crianças entre 7 e 9 anos eram recebidas com sorrisos pela professora Flávia Lima, mas considerados seriamente, como “problemas”, a fase inicial do processo de pesquisa científica.

Flávia, de 33 anos, professora de Ciências, é uma das mais queridas da primeira fase do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), e também entre os colegas professores. Um clima de cooperação e harmonia aproxima as relações entre docentes e alunos e faz da escola um dos lugares mais gostosos de se trabalhar na UFG. O que, claro, rende resultados.

Flávia virou atração do quadro “Meu professor é o cara”, do programa “Como será”, apresentado pela jornalista Sandra Annenberg, da Rede Globo. O programa foi ao ar no último dia 28 de fevereiro.

No quadro, várias tomadas mostravam a professora num clima super agradável, rodeada de crianças curiosas, interessadas nas informações que surgiriam das experimentações utilizadas por Flávia nas aulas de Ciências. “Eu me sinto realizada quando um aluno diz ‘professora, eu entendi’”, disse em rede nacional.

Ela já havia sido agraciada, em 2011, com o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. “Valorização é o principal significado que atribuo ao prêmio e à reportagem no programa ‘Como Será’”, disse ao JP, ela que temeu entrar para a carreira docente devido à desvalorização. “O meu trabalho é valorizado na escola por meu colegas, alunos e pais, que frequentemente relatam como as crianças gostam das aulas de Ciências”.

Depois da reportagem da Globo, Flávia ouviu pessoas dizendo que seu trabalho é fonte de inspiração. “Saber que posso contribuir para que as pessoas se dediquem mais à educação me deixa muito feliz! Eu é que me sinto inspirada pelos depoimentos e, principalmente, pela curiosidade e vontade de aprender das crianças”, disse.

A reportagem também ouviu a diretora da escola à época da produção da reportagem (julho de 2014), Maria Almeida. “A Flávia sabe do carinho que a escola toda tem por ela”, disse.



Flávia passeia pela sala coletando perguntas-problemas entre as crianças: método prático desperta curiosidade e facilita entendimento

“O MEU TRABALHO É VALORIZADO NA ESCOLA POR MEU COLEGAS, ALUNOS E PAIS, QUE FREQUENTEMENTE RELATAM COMO AS CRIANÇAS GOSTAM DAS AULAS DE CIÊNCIAS”

Flávia Lima,
professora do Cepae

Silmara na quadra de esportes do Cepae: apesar das dificuldades, o clima de trabalho é muito bom

Pouco espaço para Educação Física

Professora de Educação Física do Cepae, Silmara Ferreira enfrenta dificuldades com falta de espaço para exercer atividades com seus alunos. Há apenas uma quadra poliesportiva para toda escola, que acaba congestionada em alguns horários.

Houve situações em que Silmara e os estudantes foram obrigados a ir para o pátio, ao lado de outras salas de aula e sem condições de aula, porque a quadra estava ocupada. “Esse é um problema que todos os professores de Educação Física enfrentam aqui”, disse ela.

Silmara tentava ensinar lances de basquete e vôlei com mais de 30 adolescentes do 2º ano do Ensino Médio usando apenas a metade da quadra, enquanto a outra metade era ocupada por crianças da alfabetização.

“A universidade investe muito na gente, paga cursos, incentiva, mas renderíamos mais se houvesse melhor estrutura física”, disse. Enquanto ela conversava com o JP, recebeu, de surpresa, um caloroso abraço da Lara, sua aluna do 2º ano.

“Apesar das dificuldades, gostamos muito de trabalhar no Cepae”, disse a professora.



CIÇA FITTIPALDI

Vanguarda da literatura infantil

Titular dos mais importantes títulos do Brasil e do mundo, a professora da FAV fala da falta de sensibilidade da UFG em criar uma referência da área em Goiás

Foram dez anos do dia em que Ciça Fittipaldi deixou a aldeia Nambiquara, no Mato Grosso, até o dia da publicação de sua primeira coleção infantil, em 1986. Dez anos de pesquisa etnográfica – depois da tribo, as bibliotecas –, de saliva e sola de sapato nas diversas idas e vindas para convencer a editora de que o índio era um grande tema.

Até então, a figura predominante do índio na literatura infantil tinha pouca ou nenhuma relação com as etnias brasileiras. Era uma imagem fantasiada, folclorizada, e por influência da televisão e do cinema estadunidenses, a figura do apache era mais presente nas escolas. O dia 19 de abril, Dia do Índio, era um desvario.

Assim que saiu, a série “Morená” foi elogiada com um artigo na *Folha de S. Paulo* assinado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). E logo foi indicada (e venceu depois) ao prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). A crítica especializada estava conquistada e Ciça, aos 33 anos, já se dava por satisfeita.

Ela então foi sem muita expectativa para sua primeira tarde de autógrafos na Bienal do Livro de São Paulo, de 1986. Viu se espichar do estande da Melhoramentos uma fila imensa de crianças e pais. “Olha o Ziraldo bombando”, pensou sobre o colega de editora. Lá dentro, percebeu que a fila saía de sua mesa.

“Fui beijada, abraçada, as crianças queriam comentar, fazer perguntas. Não tinha tempo”, ri a professora da Faculdade de Artes Visuais (FAV). “Morená” foi sucesso absoluto de crítica e de público. Foi, não. É. Do lançamento até hoje, não saiu do catálogo da editora e, em 2016, terá uma edição especial de 30 anos. Aliás, de toda obra de Ciça, quase 60 títulos, apenas uma não está em catálogo.

Desde lá, Ciça coleciona os mais importantes prêmios da literatura brasileira: ganhou três Jabutis, e foi indicada duas vezes, em 1995 e agora, em 2015, ao prêmio Hans Christian Andersen,

o mais importante da literatura infanto-juvenil do mundo. O vencedor será conhecido em 2016, mas a indicação já coroa sua carreira com excelência.

Excelência essa que poderia ter projetado Goiás como vanguarda da produção literária infantil nacional. Ciça chegou à UFG, vinda de São Paulo, em 1993. Aqui conheceu Maria Zaira Turchi e Vera Maria Tietzmann. Juntas, as três eram grandes referências na área já reconhecidas no Brasil.

“Aqui o movimento mostrou para a universidade

que aqui havia um ponto de excelência, mas não houve sensibilidade para isso, não houve generosidade para fazer crescer e trazer mais benefícios, dada a importância, inclusive internacional, destas pesquisadoras”, lamenta Ciça.

“Não sei porque não aconteceu, mas a universidade não dá espaço para este tipo de produção, de pesquisa. O apoio é mais de natureza acadêmica, que é muito fechado para o diálogo com a sociedade. Por mais que tenhamos nossos movimentos na extensão, a própria produção das ciências sociais não é tão valorizada como a das ciências duras”, diz.

“Além disso, nos vejo um pouco encastelados na universidade. Eu tenho uma atuação fora e sinto essa dificuldade de trânsito entre a dinâmica da sociedade e a dinâmica da universidade. A fronteira deveria ser mais tênue e na verdade ainda é rígida”, avalia. Ciça nunca contou com apoio da UFG para suas viagens internacionais, nas diversas vezes quando foi premiada ou quando foi júri em bienais.

‘Arte exige continuidade que a vida acadêmica não permite’

Ciça deve aposentar-se no final de 2016. “Daí vou fazer parte daquele time que ganha pouco e é desvalorizado, mas pretendo me dedicar mais à produção”, diz. O trabalho etnográfico de Ciça depende de pesquisa com viagens e mergulhos bibliográficos.

“Tenho dificuldade de escrever sendo professora”, diz, ela que é autora dos seus primeiros livros, mas desde que se tornou docente se restringiu à ilustração. “A produção artística, criativa, exige continuidade e a vida acadêmica produz descontinuidade”, diz.

“Muito difícil começar uma coisa e ter que interromper para dar uma aula, preparar aula pro dia seguinte, uma reunião de colegiado, projeto de extensão, são muitas rupturas que o trabalho do artista não suporta. A criação exige tempo e este trabalho não é desenvolvido na academia. É mais isolado”.

Breve trajetória

Ciça Fittipaldi nasceu em São Paulo (1952). Professora da FAV-UFG desde 1993. Graduada em Arquitetura e Artes Visuais pela UnB (1976), mestre em Cultura Visual pela UFG. Pesquisadora das visualidades e narrativas indígenas e afro-brasileiras. Consultora do MEC/ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – Educação Indígena, na área de Comunicação e Arte.

Prêmios

- Associação Paulista de Críticos de Arte, em 1986 pela ilustração da série “Morená” (Melhoramentos);
- Jabuti de Ilustração em 1988, pela série “Bichos da África” (Melhoramentos). Dessa fase teve obras traduzidas no México, Argentina, Venezuela, Alemanha e Estados Unidos;
- Jabuti de Ilustração em 1990, livro “Tucunaré” (FTD);
- 2º lugar Prêmio Jabuti de Ilustração em 2014, livro “Naninquá - A moça Bonita”.

Prêmio Hans Christian Andersen

Foi nomeada a primeira vez em 1995 e agora, em 2015, concorre ao principal prêmio da literatura infanto-juvenil mundial. Mais uma vez, a indicação foi feita pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), seção brasileira do International Board on Books for Young People (IBBY). Vencedores serão conhecidos em março de 2016. O prêmio é entregue a cada dois anos no primeiro dia da Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, na Itália.



Macloys Aquino